vem sobre a integridade e a fragmentação do sujeito, um t3pico recorrente da modernidade, discutida de modo t3o proficuo quanto inconclusivo por quase todos os «Modernismos». Gianluca Miraglia fala-nos sobre o futurismo em Portugal, In3s Alves Mendes sobre o teatro modernista e Kenneth Krabbenhof sobre espiritualismo e poesia. Manuel Villaverde Cabral escreve sobre a tensa e paradoxal rela33o entre a est3tica autorit3ria do «Estado Novo» e as duas grandes gera33es modernistas portuguesas, e a sec33o encerra com um resumo das grandes obras liter3rias do «Modernismo» lusitano por K. David Jackson.

«A subjectividade», escreve Pedro Eiras neste volume, «n3o distorce a objectividade do mundo. A subjectividade inventa o mundo». Este enunciado inaugural, messi3nico e renovador, foi a mola catalisadora de um gigantesco projeto est3tico e filos3fico que transformou para a posteridade todas as no33es sobre a arte e o humano. Por isso, e como j3 se disse, enfrentar um «monstro» criativo destas dimens3es, parece ser para muita gente um projeto imposs3vel. No entanto, algumas tentativas merecem aten33o, talvez por serem melhores do que outras e, para al3m de tudo, por tentarem. Talvez o formato ideal para lidar com essa coisa a que chamamos «Modernismo» seja exatamente este: um conjunto de artigos, escritos sobre coisas t3o d3spares e ao mesmo tempo t3o pr3ximas, que deixam ao leitor

a tarefa – herc3lea mas fascinante – de compor o seu pr3prio teatro de marionetas, onde as coisas talvez n3o se sucedam umas 3s outras e as personagens n3o sejam sempre principais nem sempre acess3rias. Mais do que um *continuum* hist3rica ou cronologicamente estabelecido sobre ideias concretas e delimit3veis, o «Modernismo» parece ser, afinal, um ladrilho caleidosc3pico constru3do a muitas m3os e, seguramente, a muitas vozes. Inventou o mundo tal como hoje o conhecemos ou, pelo menos, reinventou a arte tal como hoje a conhecemos. Em Portugal, talvez n3o tenha, em rigor, inventado muita coisa, mas talvez tenha sido um dos 3ltimos momentos em que um pa3s pobre, pequeno e perif3rico dialogou substantivamente com o mundo que o rodeia. A hist3ria deste di3logo, que estava por fazer, tem neste livro o lugar a que tem direito.

Ricardo Namora

LER R3GIO

EUG3NIO LISBOA

Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010

302 p3ginas, ISBN 978-972-27-1873-8

A publica33o em 2010 de *Ler R3gio*, pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, da autoria de Eug3nio Lisboa, veio ampliar a bibliografia regiana, alguma da qual, como esta, se encontrava at3 agora dispersa.

Ler Régio compreende um conjunto de trinta estudos escritos ao longo de onze anos, a que circunstancialismos vários, entre os quais se destacam as efemérides associadas ao nome do autor ou a vinda a lume de algumas das suas publicações inéditas ou em reedição, deram corpo. A reunião em volume, estamos em crer, ganharia com a elucidação da estratégia de concatenação lógica e cronológica dos textos.

Eugénio Lisboa, persistente e devotado crítico regiano, tem consagrado expressiva parte da sua investigação a um dos mais significativos diretores da *Presença*. Esta relação de sessenta anos, revelada no paratexto, onde ecoa o título *Ler Régio*, é, confessadamente a da admiração que brotara da leitura do romance *Uma Gota de Sangue*, sem mais deixar de renovar-se. Eis, portanto, explicada de forma autobiográfica, nas palavras do crítico, como a leitura de Régio tivera «aspectos de revelação, de abalo emocional e intelectual, de verdadeira iniciação» (p. 11), algo semelhante ao que experimentaria o futuro autor de *Gaivotas em Terra*, assim o intuímos nas páginas que dão título a *Um Herói Intelectual: Régio visto por David Mourão-Ferreira*, nas quais este evoca o papel de Régio como «um guia e um ídolo, um revelador de mim sob inúmeros aspectos» (p. 157). O tempo acabaria, contudo, por ir diluindo o espanto inicial, mas o autor de *O Jogo da Cabra Cega* não deixaria nunca de ser para David Mourão-Fer-

reira uma grande figura das letras portuguesas (p. 174).

A omnipresença de Régio conhece raras ausências neste estudo onde se entrelaçam linhas de sentido como a da recepção e também a dos encontros e desencontros afetivos e eletivos de natureza literária em que se multiplicam as perspetivas do próprio Régio, a dos seus contemporâneos e, naturalmente, a de Eugénio Lisboa que a todas veicula.

É no contexto mais vasto da consideração das afinidades afetivas, suscetíveis de desencadear a admiração recíproca entre escritores, bem mais raras, contudo, do que as rivalidades que imperam no meio literário, que em «Régio e Eça ou o esplendor da fonte própria», depois de abonados múltiplos exemplos que confirmam a regra, se percebem as reticências formuladas por Régio, relativamente a Eça, a quem não nega os atributos de romancista, mas de quem afirma a «deficiência (...) de humanidade profunda» (p. 65). Não lhe bastarão os dotes de estilista, de profundo caricaturista para o alçar numa «peanha». Já o olhar indulgente sobre Camilo é de molde a perdoar-lhe aquilo que não deixaria escapar nem a Eça nem à sua geração.

De Camilo, em particular, se ocupara o ensaio precedente «'Coisas nossas' – José Régio e Camilo *A love for all seasons*», tomando como matéria a dos afetos permanentes de Régio, igualmente votados a Camões, Gil Vicente, Bernardim, António Nobre, Sá-Carneiro,

Florbel, Irene Lisboa, António Botto, Dostoievski, Flaubert e Tolstoi.

Mas a rede de afetos, como se pode ler em «José Régio e Raul Brandão: afinidades e contrastes electivos», é extensiva ao autor de *Húmus*. José Régio dedicar-lhe-ia no seu percurso de ensaísta pelo menos três artigos. A contrariar a crítica, que «obstinadamente» foi alvejando o «estetismo» do presencista Régio, está, pois, o gosto que este manifestava pelo autor de *O Vale de Josaphat* e pela desordem que encontrava na sua escrita, não distantes, afinal, como pretende Eugénio Lisboa, da simpatia expressa em relação a Dostoievski.

Raramente Eugénio Lisboa deixa passar sem comentários a recepção adversa que à obra regiana foram prodigalizando «[c]atólicos, por um lado, marxistas, por outro, concretistas, depois, experimentalistas mais além – todos mais ou menos se exercitaram em tentar abater o velho solitário de Portalegre e Vila do Conde» (p. 219). A título de exemplo, citamos a intervenção reparadora do ensaísta em «Demolir Clichés», a cuja desmontagem vamos assistindo na senda cruzadística – e não se leia o termo negativamente – que caracteriza alguns dos ensaios aqui compilados. Afinal, desde o paratexto de abertura que havíamos sido preparados para esta admiração que, não raramente, se expressa em notações francamente apreciativas relativamente ao autor estudado – ou inversamente, a propósito de *A Velha Casa*, para com a crítica que se lhe opõe – «franca obtu-

sidade de quase toda a crítica portuguesa», «uma crítica quase sistematicamente pequenina, desatenta, paroquial, pouco inteligente ou simplesmente indiferente» (p. 31). Sem acinte, mas maior mágoa – anotamos – se queixava Régio em alguns excertos do *Diário* ou da *Correspondência* aqui lembrados em «A Casa da Ficção». Tratava-se de requerer, pelo menos junto dos mais próximos, como João Gaspar Simões, Adolfo Casais Monteiro ou Óscar Lopes, aquela *simpatia* despida de preconceitos que olhasse a prosa regiana na medida do seu justo valor – exigia-o o número de títulos já publicados nesse âmbito. É à partilha dessa sua experiência de leitor, isenta de pré-juízos, que Eugénio Lisboa apela, no texto intitulado «Uma Velha Casa em Azurara».

E que tipo de crítico terá sido Régio, ele que «sonh(ava) realizar» uma *Compreensão Crítica: Ensaio sobre as Relações da Arte e da Crítica. Teoria da Crítica Compreensível?* Do número vasto de ensaios que, se houvesse sido reunido, poderia ter dado corpo à obra ansiada, se fala em «José Régio: Uma vocação para compreender», mas igualmente se referem as diversas facetas do crítico que se foram revelando nessa escrita dispersa que tomou como objeto alguns dos mais significativos autores da Literatura Portuguesa.

Eugénio Lisboa vai sulcando de forma clara as opções da ensaística regiana, de cujo enunciado, dificilmente conciliável com o espaço desta recensão, destacaríamos a *cautela* com

que caracteriza «o iniludível perfil científico da *démarche* deste grande espírito português do século XX» (p. 123), mas igualmente a aliança entre o exercício da crítica e o da criação de que se reclama o autor de *Em Torno da Expressão Artística*. O paralelo entre Gaspar Simões e Régio, efetuado nos «Caminhos da Crítica Presencista», vem, de forma circunstanciada, pôr em relevo não obstante as diferenças, o modo como cada um deles se tornou numa referência para o panorama crítico-literário português.

Em «José Régio polémico» destacam-se as marcas desta faceta penetrante apresentadas de forma sistemática, ao longo dos diversos momentos da vida do escritor e do homem – Eugénio lembra a predisposição socrática que nele chegou a presenciar e o modo hábil como esgrimia a retórica. As polémicas travadas com Álvaro Cunhal e José Rodrigues Miguéis em torno da literatura como Arte e da ligação que por via dela se estabelece ou não com a sociedade constituíram debate aceso no panorama cultural da época, e até nós chegam os argumentos de ambas as partes trazidos pela voz de Eugénio Lisboa.

A *Presença* de que Régio foi o grande teorizador – é o próprio Gaspar Simões a reconhecer-lhe o ascendente sobre todos – estabelece-se compreensivelmente como o pano de fundo da maior parte destes ensaios e constitui o pretexto para a convocação de alguns olhares, os de José Pedro de Andrade em

Olhares sobre a Presença, ou os que este mesmo, como colaborador, suscita em «José Régio e José Pedro de Andrade encontros e desencontros». O panorama da produção ficcional do grupo, atravessado pela problemática da infância e da adolescência é matéria de «A Presença, a Ficção», onde irrompem, ainda, as incertezas não consensuais entre presencistas sobre a capacidade portuguesa para a criação do romance como género de qualidade.

Como que a confirmar as dúvidas – que tal desígnio não afirma Eugénio Lisboa que seja seu, referindo que só «tangencialmente» (p. 297) este texto terá que ver com os restantes – o último ensaio intitulado «A propósito do romance *Adolescentes*» debruça-se sobre esta obra de Adolfo Casais Monteiro para refletir as limitações já anteriormente avançadas quer por David Mourão Ferreira, quer por Óscar Lopes.

Na verdade, Gaspar Simões e Régio terão sido, na ótica de Eugénio Lisboa, os dois únicos presencistas «a tentar porfiadamente o género» (p. 288) e, no que diz respeito a José Régio, sobretudo, não tem sido a sua obra esquecida pela crítica académica, como desde o texto prefacial se foi afirmando, mas já a falta de reconhecimento pelas instâncias culturais, associadas ao poder político, vai recebendo de Eugénio Lisboa várias diatribes, como a que lhe suscita a indesculpável indiferença, evocada cem anos após o nascimento do autor em «Um Régio Centenário», que tem

sofrido a ausência de representação cénica de peças como *El-Rei Sebastião*, *Benilde ou a Virgem-Mãe*. A adaptação para o cinema de *El-Rei Sebastião* («Manoel de Oliveira revisita Régio»), ato isolado e fora do quadro institucional descrito, não podia, talvez pelo seu significado simbólico agradar mais a Eugénio Lisboa – «Há muito tempo que me não visitavam emoções estéticas tão intensas e exaltantes como as que me proporcionou o filme» (p. 175).

Revisitar é também o termo que escolhemos para o leitor que *Ler Régio*, acompanhado pelo guia experimentado e imprescindível que é Eugénio Lisboa, mas para que algumas das sendas por ele abertas possam de futuro ser percorridas com maior segurança, necessário se torna que os textos não inéditos que vão sendo objeto de citação (também eles ganhariam visualmente em ser destacados relativamente ao corpo de texto em que se integram...) sejam referenciados de forma completa.

Maria Teresa Nascimento

AS POLÉMICAS DE VERGÍLIO

FERREIRA

JORGE COSTA LEMOS

Lisboa, Difel, 2010

330 páginas, ISBN 978-972-2909-80-8

Começamos por uma distinção conceitual que o autor vai buscar a Vitorino Nemésio, aquela que opõe a controvér-

sia, tomada como discussão de ideias e argumentos, à polémica, em que essa discussão deixa de se centrar nos argumentos e se fulaniza, procurando, em última instância, o ridículo ou mesmo o assassinato de caráter do adversário. Esta distinção, clássica na abordagem do tema, serve ao autor para assinalar (e também delimitar) o tom do seu objeto de análise: em Vergílio Ferreira (VF) interessa-lhe sobretudo a polémica, ainda que não deixe de passar em revista algumas das suas controvérsias. Se começo por esta distinção é porque me parece que ela permite, se devidamente explorada, um contexto preciso para o trabalho do autor. Nesse sentido, começaria por dizer que a controvérsia é, muito simplesmente, o modo normal – mas também ideal – de existência de um espaço público democrático (ou até, em moldes diminutos, de um espaço público ditatorial, em que os temas passíveis de controvérsia são delimitados com rigor mas não deixam de existir para simular precisamente a dinâmica do espaço público). A polémica, por sua vez, não seria apenas a degeneração fulanizada da controvérsia mas o reconhecimento, dentro do espaço público, de que a importância dos contendores e/ou dos temas é suficiente para delimitar zonas de atenção. Este ponto parece-me decisivo para se entender o verdadeiro alcance de uma afirmação do autor que, citando João Pedro George, assinala a polémica entre VF e Pinheiro Torres como a última grande polémica literária em Portugal. Ora, este facto